

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Titanium Holdings S.A. (Companhia) registrou Lucro Líquido de R\$ 14.715 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 581.952 mil e Ativos Totais de R\$ 620.998 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo

mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 2020 deliberou aos acionistas o montante de R\$ 14.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, Osasco, 25 de março de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
	2020	2019		2020	2019
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	29.715	31.456	CIRCULANTE	14.075	88
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	12.834	13.802	Impostos e Contribuições a Recolher	2.100	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8)	16.881	17.654	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11e)	11.900	-
NÃO CIRCULANTE	591.283	573.406	Outras Obrigações	75	88
Realizável a Longo Prazo	591.283	573.406	NÃO CIRCULANTE	24.971	23.537
Valores a Receber (Nota 9)	555.985	541.011	Provisão para Impostos e Contribuições	1.803	1.626
Depósitos Judiciais (Nota 10b)	23.118	21.808	Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10b)	23.168	21.911
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	4.293	2.923	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	581.952	581.237
Créditos Tributários (Nota 16c)	7.887	7.664	Capital Social (Nota 11a)	336.100	336.100
TOTAL	620.998	604.862	Reservas de Lucros (Nota 11d)	245.852	245.137
			TOTAL	620.998	604.862

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais							
	Exercícios findos em 31 de dezembro		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais				
	2020	2019	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Lucros Acumulados	Totais
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	15.047	30.936	Eventos				
Resultado Financeiro (Nota 14)	15.890	32.551	Saldos em 31 de dezembro de 2018	280.000	26.078	-	526.499
Despesas Tributárias (Nota 12)	(741)	(1.516)	Lucro Líquido do Exercício	-	-	31.638	31.638
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13)	(102)	(99)	Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	31.638
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	15.047	30.936	Aumento do Capital Social por Subscrição (Nota 11a)	56.100	-	-	56.100
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(332)	702	Destinações: - Reservas	-	1.582	(2.944)	1.362
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.715	31.638	- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e)	-	-	-	(33.000)
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)	0,15	0,34	Saldos em 31 de dezembro de 2019	336.100	27.660	217.477	581.237
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b)	0,15	0,34	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	14.715
			Resultados Abrangentes do Exercício	-	-	-	14.715
			Destinações: - Reservas	-	736	(21)	(715)
			- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e)	-	-	-	(14.000)
			Saldos em 31 de dezembro de 2020	336.100	28.396	217.456	581.952

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	2020	2019	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2020	2019	2020	2019	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			Lucro Líquido do Exercício	14.715	31.638
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	15.047	30.936	Resultado Abrangente do Exercício	14.715	31.638
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:					
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(15.080)	(31.587)			
Provisão para Riscos Fiscais	739	1.514			
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	706	863			
Redução em Ativos Financeiros	543	222			
(Aumento) em Outros Ativos	(847)	(1.690)			
(Redução) em Obrigações	(12)	(954)			
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.358)	(2.770)			
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(968)	(4.329)			
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(968)	(4.329)			
Início do Exercício	13.802	18.131			
Fim do Exercício	12.834	13.802			
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(968)	(4.329)			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)					
1) CONTEXTO OPERACIONAL	A Titanium Holdings S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e transferência de participações acionárias. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 25 de março de 2021.				
2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações feitas nas demonstrações contábeis evidenciam todos as informações relevantes utilizadas na sua gestão. As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.				
3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	<p>a) Moeda funcional e de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.</p> <p>b) Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa que está apresentada na Nota 7.</p> <p>c) Instrumentos financeiros (i) Classificação dos ativos financeiros A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). • Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado. São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período. • Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.</p> <p>(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.</p> <p>d) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment) A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por <i>impairment</i> é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por <i>impairment</i>.</p> <p>e) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo: • Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontada a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. • Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes; • Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e • Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.</p>				
f) Patrimônio líquido	O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 10.				
(i) Lucro por ação	O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.				
(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos	A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.				
g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)	Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16.				
h) Apuração do resultado	O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais					
	Exercícios findos em 31 de dezembro		DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	2020	2019	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2020	2019	2020	2019	
Lucro Líquido do Exercício	14.715	31.638	Lucro Líquido do Exercício	14.715	31.638
Resultado Abrangente do Exercício	14.715	31.638	Resultado Abrangente do Exercício	14.715	31.638

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	19
BRADESPAR SA	8
CIDADE DE DEUS CIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	13
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	2
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.	16
TITANIUM HOLDINGS S.A.	6

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Empresarial 2

Volume 131 • Número 58
Página 6

São Paulo, sexta-feira, 26 de março de 2021

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 26 de março de 2021 às 03:07:12

continua...

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Titanium Holdings S.A. (Companhia) registrou Lucro Líquido de R\$ 14.715 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 581.952 mil e Ativos Totais de R\$ 620.998 mil. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro

líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Em 2020 deliberou aos acionistas o montante de R\$ 14.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 25 de março de 2021.

Diretoria

BALANÇO PATRIMÔNIO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		
	2020	2019
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	29.715	31.456
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8).....	12.834	13.802
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo.....	16.881	17.654
Valores a Receber (Nota 9).....	591.283	573.406
Depósitos Judiciais (Nota 10).....	591.283	573.406
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e).....	555.985	541.011
Créditos Tributários (Nota 16c).....	23.118	21.808
	4.293	2.923
	7.887	7.664
TOTAL	620.998	604.862

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	2020	2019		
CIRCULANTE				
Impostos e Contribuições a Recolher.....	14.075	88		
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 11e).....	2.100	-		
Outras Obrigações.....	11.900	-		
NÃO CIRCULANTE				
Provisão para Impostos e Contribuições.....	75	88		
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 10b).....	24.971	23.537		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social (Nota 11a).....	1.803	1.803		
Reservas de Lucros (Nota 11d).....	581.952	581.237		
Reservas de Lucros (Nota 11d).....	336.100	336.100		
TOTAL	620.998	604.862		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	15.047	30.936
Resultado Financeiro (Nota 14).....	15.890	32.551
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(741)	(1.516)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13).....	(102)	(99)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	15.047	30.936
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16)	(332)	702
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14.715	31.638

Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 11b)

	2020	2019
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 11b).....	0,15	0,34

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais					
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	280.000	26.078	220.421	-	526.499
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	31.638	31.638
Resultados Abrangentes do Exercício					31.638
Aumento do Capital Social por Subscrição (Nota 11a).....	56.100	-	-	-	56.100
Destinações: - Reservas.....	-	1.582	(2.944)	1.362	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e).....	-	-	-	(33.000)	(33.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	336.100	27.660	217.477	-	581.237
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	14.715	14.715
Resultados Abrangentes do Exercício					14.715
Destinações: - Reservas.....	-	736	(21)	(715)	-
- Juros sobre o Capital Próprio (Nota 11e).....	-	-	-	(14.000)	(14.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	336.100	28.396	217.456	-	581.952

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	15.047	30.936
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras.....	(15.080)	(31.587)
Provisão para Riscos Fiscais.....	739	1.514
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	706	863
Redução em Ativos Financeiros.....	543	222
(Aumento) em Outros Ativos.....	(847)	(1.690)
(Redução) em Obrigações.....	(12)	(954)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(1.358)	(2.770)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	(968)	(4.329)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(968)	(4.329)
Início do Exercício.....	13.802	18.131
Fim do Exercício.....	12.834	13.802
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(968)	(4.329)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2020	2019		
Lucro Líquido do Exercício	14.715	31.638		
Resultado Abrangente do Exercício	14.715	31.638		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Titanium Holdings S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem como objeto a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, aquisição e transferência de participações acionárias.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria Executiva em 25 de março de 2021.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição da caixa e equivalentes de caixa que está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade adota a base-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimonial e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por *impairment*.

e) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.
- Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisões para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 10.

f) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 11b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 11e.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de lucro, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 16.

h) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 17.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida.

Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, ou que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- A probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- A necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (EM REVISÃO PNC).

a) Não houve alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020:

- *Conceptual Framework* (Estrutura Conceitual) - Ocorreram algumas alterações em definições contidas neste documento, com destaque para a definição de ativos e passivos. A revisão do *Conceptual Framework* entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis da Companhia.

Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo CPC, via Deliberação CVM nº 859 de 07/07/2020. Conforme este documento, o arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, decorrente diretamente da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento, caso atenda as seguintes condições:

- A contraprestação alterada para o arrendamento é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- Qualquer redução nos pagamentos afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.

Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Deliberação CVM 854 de 24 de abril de 2020. Tratam-se de alterações nas normas citadas, em razão das incertezas originadas pelo projeto de reforma da IBCR (*Interbank Offer Rate*) que podem impactar as relações de *hedge accounting*. As alterações visam minimizar tais impactos e são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

• IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. A parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

Foi aprovado o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Resolução CVM nº 18 de 11 de fevereiro de 2021. Este documento apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBCR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entra em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da Fase II.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Titanium Holdings S.A.

CNPJ 07.131.759/0001-52
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

15) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controlador (1)		Outras partes relacionadas (2)		Em 31 de dezembro	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos						
Caixa/Disponibilidades	-	-	5	5	5	5
Aplicações financeiras	-	-	16.881	17.654	16.881	17.654
Valores a receber	-	-	555.985	541.011	555.985	541.011
Passivos						
Juros sobre capital próprio a pagar	11.900	-	-	-	11.900	-
					Exercícios findos em 31 de dezembro	
					Total	
					2020	2019
Receitas com juros	-	-	14.974	30.343	14.974	30.343
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio	(14.000)	(33.000)	-	-	(14.000)	(33.000)
Receitas/(Despesas) de aplicação	-	-	482	1.008	482	1.008

(1) Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") e Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Nova Cidade de Deus"); e (2) BBD Participações S.A. ("BBD") e Bradesco.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	15.047	30.936
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(5.116)	(10.518)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Juros sobre o capital próprio pagos e a pagar	4.760	11.220
Outros valores	24	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(332)	702
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social		
	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(555)	(328)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no exercício sobre adições temporárias	395	845
Utilização de saldos iniciais de:		
Base negativa de contribuição social	(45)	-
Prejuízo fiscal	(127)	-
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	-	49
Prejuízo fiscal	-	136
Total dos ativos fiscais diferidos	223	1.030
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(332)	702

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Titanium Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Titanium Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Titanium Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019		Constituição		Realização		Em 31 de dezembro	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
Provisões fiscais	7.450	-	424	-	-	-	-	7.874
Outros	29	-	-	-	(29)	-	-	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	7.479	424	424	(29)	(29)	-	-	7.874
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	185	-	-	-	(172)	-	-	13
Total dos créditos tributários	7.664	424	424	(201)	(201)	-	-	7.887
Obrigações fiscais diferidas	1.626	-	177	-	-	-	-	1.803
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	6.038	247	247	(201)	(201)	-	-	6.084

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2021	-	-	9	4	13
2024	5.790	2.084	-	-	7.874
Total	5.790	2.084	9	4	7.887

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 7.424 (2019 - R\$ 6.950).

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no ativo não circulante, no montante de R\$ 4.293 (2019 - R\$ 2.923), referem-se a imposto de renda e contribuição social.

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019;

b) A Administração da companhia informa que até a data da aprovação das demonstrações contábeis, não houve impactos a mensurar, ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia do COVID-19, que requeresse ajuste sobre as demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia é uma Holding. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação; e

c) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Diretor Geral	Diretor Vice-Presidente	Diretor Gerente
Marcelo de Araújo Noronha	André Rodrigues Cano Cassiano Ricardo Scarpelli Eurico Ramos Fabri	Moacir Machbar Junior Renato Ejinisman Walquíria Schirmmeister Marchetti Guilherme Muller Leal Rogério Pedro Câmara João Carlos Gomes da Silva Bruno D'Ávila Melo Boetger
Marcelo da Silva Rego Contador - CRC-1SP301478/O-1		

Osasco, 25 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/O-1 F

Carlos Massao Takauti
Contador CRC 1SP206103/O-4

11,1 MILHÕES DE EMPRESÁRIOS, DIRETORES OU C-LEVELS CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

ECONÔMICO
Valor

+
O GLOBO

ECONÔMICO
Valor RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA



ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri